

MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO: O TRABALHO DOCENTE EM PAUTA*

Fábio Mansano de Mello
Marisa Oliveira Santos
William Kennedy do Amaral Souza

Introdução¹

O objetivo do presente capítulo é compreender as faces da precarização do trabalho docente à luz da mercantilização do ensino superior. Nesse sentido, nossa investigação conectou o conceito de mercantilização da educação com o contexto da sociabilidade capitalista, cujo processo de reestruturação produtiva, as políticas neoliberais e a influência do Banco Mundial no financiamento da educação demarcaram novos rumos da economia mundial, incluindo as políticas educacionais.

A fonte documental central foi a **Revista Universidade e Sociedade**, um periódico de circulação nacional editado pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), que historicamente publica artigos críticos acerca dos impactos da lógica da acumulação capitalista sobre a universidade. O marco temporal são as publicações realizadas no período de 2011 a 2018, que tratam da mercantilização da educação, trabalho docente e precarização do trabalho.

O método de análise é o materialismo histórico. Dessa forma, a nossa investigação pretendeu captar as mutações do trabalho docente e seus reflexos na composição social. Consideramos a possibilidade de articular o processo de mercantilização da educação superior com uma teia mais ampla de consolidação e de reestruturação das relações capitalistas de produção, mediante análise da relação entre o singular e o universal. Segundo Kosik (1995, p. 191), “[...] a economia não é apenas a produção de bens materiais; é ao mesmo tempo produção das relações sociais dentro das quais esta produção se realiza.”. Sua referência é Marx (1983, p. 218)

* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.157-169

¹ O presente capítulo é fruto de análise de pesquisa sobre o ensino superior no Brasil, como também reflete parcialmente as comunicações de um dos eixos do Colóquio Temático Trabalho-Educação: cultura e saberes, do XIV Colóquio Nacional/VII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico e o XII Seminário Nacional/II Internacional do Histedbr – 2022.

que, ao discutir o método da economia política, nos apontou o movimento de apreensão do real ao afirmar que “[...] o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.”. O concreto se apresenta para o pensamento num processo de síntese, de modo que “[...] as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento” (Marx, 1983, p. 219).

Entendemos que o ensino superior não deve ser estudado de forma isolada, mas, considerando o contexto da expansão do setor de serviços no capitalismo contemporâneo. O trabalho docente, especificamente, deve ser compreendido no movimento da expansão do ensino superior brasileiro, fortemente influenciado pelas agências multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse cenário, o professor vivencia a precarização do trabalho tal como qualquer outro trabalhador: a precarização do trabalho, no caso, se expressa no produtivismo acadêmico, na intensificação do trabalho e no adoecimento do profissional. É o que veremos a seguir.

O contexto da mercantilização do ensino superior

O conceito de mercantilização que norteia nossos estudos está pautado na crítica que Marx empreende à sociedade capitalista, cuja tendência é transformar os mais variados bens e serviços em mercadorias. A burguesia, ao criar um mundo à sua imagem e semelhança, transforma as relações sociais, até então existentes, em coisas e mercadorias, de modo que promove a generalização dessas relações:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo (Marx, 1997, p. 69-70).

No que diz respeito às determinações da mercadoria na sociedade capitalista desenvolvida, Marx afirma que a mercadoria é uma condição prévia para a gênese do capital, ao tempo em que é produto e resultado do processo de produção capitalista. “No estágio anterior da produção, só uma parte dos produtos reveste a forma de mercadoria. Em contrapartida, o produto do capital é necessariamente mercadoria” (Marx, s/d, p. 142).

A generalização da produção das mercadorias explicita o movimento de expansão do capital, cuja finalidade é a extração da mais-valia. Dessa forma, tal metabolismo esteriliza certos trabalhos, ao mesmo tempo em que integra produtos que outrora não estavam sob a égide da autovalorização. Exemplo disso é uma aula ministrada numa universidade pública, visto que tal atividade consiste em um serviço que o professor presta ao Estado. A mesma aula ministrada numa instituição privada, por sua vez, consiste em uma mercadoria como outra qualquer (Giannotti, 1984).

Entendemos que o fenômeno da mercantilização pode ser aplicado à educação, por conseguinte ao ensino superior. Quando se vende um curso de graduação; contrata-se professores e funcionários; recorre-se ao uso de tecnologias, como ocorre na educação a distância; desenvolve-se softwares e hardwares educacionais; articula-se com o Estado o fornecimento de bolsas de estudos; funde-se empresas educacionais com venda de suas ações na bolsa de valores, entre outros procedimentos, corrobora-se a ideia de que o ensino superior está conectado às determinações gerais da acumulação capitalista. Sujeito, portanto, à mercantilização (Mello, 2022).

No Brasil, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, propiciou para a educação superior uma expansão do setor privado, com crescimento numérico marcante das instituições particulares, bem como do número de matrículas nessa esfera do ensino. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), destacam-se duas medidas que potencializaram a expansão da esfera privada: os Decretos nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, e o de nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que possibilitam, apoiados na LDB, a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES). O primeiro decreto foi revogado pelo segundo, este, por sua vez, revogado pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Na prática, essa legislação

instituiu os Centros Universitários, IES que têm por prioridade o ensino em detrimento da pesquisa e extensão, o que ocasiona obstáculos à ampla formação acadêmica e promove, gradativamente, a precarização do trabalho docente.

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), constatamos uma continuidade das políticas educacionais para o ensino superior no Brasil, amparadas pela LDB/1996 e pela influência do Banco Mundial, que desempenhou um papel fundamental no financiamento dessas políticas educacionais. Em contrapartida aos empréstimos concedidos, essa agência multilateral exige um modelo de educação que atenda aos interesses do grande capital, tais como, perspectivas de eficiência, produtividade e pragmatismo em relação ao mercado de trabalho. Sob o prisma do privatismo e da racionalidade do capital, destacamos três políticas implementadas no referido período: o Programa Universidade para Todos (PRO-UNI), a regulamentação da Educação a Distância (EaD) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI).

O PROUNI foi regulamentado pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, e distribuiu bolsas integrais e parciais para estudantes cursarem as IES privadas. Para além da perspectiva de inclusão de milhares de pessoas terem acesso ao ensino superior, um debate que se instaura na crítica ao PROUNI e à mercantilização do setor educacional é que não se pode confundir democratização da educação com a massificação do ensino superior.

Com a oferta dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD, expressa no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, constatamos um crescimento numérico das IES privadas, que dominam hoje amplamente esse setor. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2011 e 2021, o número de matrículas nos cursos superiores de graduação nessa modalidade aumentou 474%, ao passo que o quantitativo de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4% no mesmo período. Em 2011, os ingressos por meio da Educação a Distância correspondiam a 18,4% do total das matrículas, já em 2021, esse percentual chegou a 62,8% (INEP, 2022).

O REUNI, regulamentado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, por sua vez, tem como meta central atingir dois objetivos: o primeiro é a elevação da taxa média de conclusão de cursos de graduação presenciais para 90% e a elevação da taxa aluno/professor para 18:1 no prazo de cinco anos. Conforme apresentassem suas estratégias de trabalho, as universidades teriam, após aprovação do MEC, os aportes de recursos de pessoal, custeio e investimentos. Segundo pesquisa de Cislighi (2011, p. 167), “[...] a expansão proposta, porém, está atrelada a uma reestruturação da universidade para os padrões requisitados pelo capitalismo em sua fase atual, materializados nas propostas do Banco Mundial.”.

Tais políticas públicas para a educação revelam, cada uma a seu modo, o atrelamento do ensino superior às determinações da expansão do capital no setor educacional:

Assim sendo, percebemos que, a política em curso de expansão da educação superior tem deliberado viés privatista. Isso pressupõe a necessária redução da educação superior (ensino, pesquisa e extensão) apenas ao ensino, envolvendo formas alternativas de sua oferta (como a EaD). Particularmente para as universidades públicas esse processo tem representado uma crescente aproximação com os interesses do mercado e o conseqüente abandono de sua função social. Conforme expressa Sguissardi (2009) consolida-se no Brasil um modelo de universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. O autor sustenta sua tese a partir do elevado crescimento das IES isoladas, majoritariamente no setor privado, a partir da redução dos investimentos públicos nas universidades públicas com o incentivo à busca de financiamento privado, perdendo a sua autonomia e tornando-se heterônomas, e, por fim, a partir da correlação entre a produção do conhecimento, majoritariamente, e as necessidades de desenvolvimento do capital (Guimarães; Monte; Farias, 2013, p. 38).

O processo de mercantilização do ensino superior incide, diretamente, na forma e na qualidade do trabalho docente. Mancebo (2011) reflete sobre os efeitos da privatização da educação, que ocorre em dois sentidos: 1) utilizando dados da UNESCO, demonstra o crescimento vertiginoso da oferta do ensino superior privado em todo mundo; 2) no setor público, ocorre uma restrição orçamentária para as universidades, de

modo que muitos docentes são incentivados a participarem do processo de captação de recursos, buscarem contratos com a iniciativa privada, promoverem o financiamento de instalações e investigações previamente orientadas. A autora ainda afirma que, para além da sobrecarga de trabalho do professor, tais como ministrar aulas na graduação e na pós-graduação, orientação de alunos, buscar estratégias para financiamento das pesquisas, confecção e publicação de artigos em revistas especializadas, elaboração dos mais variados pareceres, os docentes estão cada vez mais ocupados com tarefas de cunho administrativo (Mancebo, 2011). Não obstante, destaca sua preocupação com a consolidação do professor empreendedor:

No contexto de “capitalismo acadêmico”, novas práticas são introduzidas e incentivadas nas universidades: desde a venda de produtos e serviços com a finalidade de autofinanciamento, passando pela concorrência feroz em editais (públicos) dos Fundos Setoriais, a competição dos investigadores por financiamento para seus projetos ou, até para aumentar seus salários, recebimento de diversos pagamentos por mérito (bolsas, por exemplo), e uma lista interminável de novas motivações “acadêmicas” postadas mais incisivamente para o docente que atua na pós-graduação. Formas de funcionamento desiguais e contraditórias são geradas nas universidades, que mediante ações dos docentes empreendedores aproximam a instituição das empresas e do mercado [...] (Mancebo, 2011, p. 82).

Feitas essas considerações, vamos nos deter agora nos impactos que a mercantilização da educação impõe ao processo de trabalho dos docentes.

A mercantilização da educação e seus reflexos: a precarização do trabalho docente

As transformações recentes no mundo do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva, acumulação flexível, políticas de cunho neoliberais, dentre outros elementos, reconfiguram a dinâmica do trabalho docente, tanto na esfera pública como na esfera privada. Não podemos deixar de destacar o papel do Estado nessa processualidade histórica, uma vez que ele é o responsável pelo vínculo de grande parte desses profissionais. Conforme aponta Nishimura (2014, p. 51), “[...] a precarização do

trabalho docente na educação pública tem como mediação imediata da precarização as mudanças ocorridas no papel do Estado em meio a um contexto de contrarreformas neoliberais.”. A precarização desse trabalho pode também ser associada ao produtivismo acadêmico, dado que a pressão pela quantidade de produções científicas é mais valorizada do que a sua qualidade. Como consequência, verifica-se a intensificação do trabalho, a sobrecarga de tarefas as quais o docente é submetido, inclusive com aumento das atividades burocráticas, mencionadas anteriormente.

Na esfera privada, os ecos da precarização são vistos claramente. O professor, nesse caso, é um proletário, cuja exploração ocorre como qualquer outra força de trabalho. São submetidos a sobrecarga de trabalho, rigidez no cumprimento de horários, inúmeras atividades não remuneradas (como orientações e participação em comissões) e vivem a angústia de terem ou não o contrato de trabalho renovado. Na esfera pública ocorre igualmente o fenômeno da precarização, com destaque para outros elementos. Conforme apresentam Guimarães, Monte e Farias (2013), uma considerável parcela dos contratos de trabalho nas IES públicas refletem identidade com a esfera privada. Citam a ampliação dos contratos temporários, o aumento do número de alunos em sala e o aviltamento dos salários dos docentes substitutos. Além da “[...] utilização de alunos de pós-graduação como professores substitutos, bolsistas, monitores, professores-tutores para a educação a distância, o que caracteriza uma flexibilização ímpar dos contratos de trabalho.” (Mancebo *apud* Guimarães; Monte; Farias, 2013, p. 42).

Logo, pensar na precarização do trabalho docente na condição dos professores substitutos envolve uma dimensão bem maior do que só a identificação das suas precárias condições de trabalho e fragilidades nos vínculos contratuais; envolve também o entendimento do papel que estes vêm ocupando na atualidade, tanto no processo de formação profissional como para a reprodução do capital, uma vez que estes profissionais participam também do processo de valorização sistêmica, que exige maior produtividade associada ao menor custo com a contratação da força de trabalho. Nesse sentido, a contratação de professores substitutos atende perfeitamente às demandas impostas pela acumulação flexível do capital (Lima; Lima, 2017, p. 95-96).

O aumento do trabalho precário nas IES públicas explicita a limitação orçamentária que restringe a contratação de professores via concurso público, abrindo as portas para o ingresso dos docentes substitutos/temporários. Essa saída econômica do Estado acaba por inserir o âmbito universitário no mercado flexível, promovendo não apenas uma desvalorização do trabalho docente, mas consequências pontuais na estrutura universitária: estamos falando de um profissional que deve se dedicar majoritariamente ao ensino, com uma jornada de trabalho com muitas disciplinas, que o impede de promover pesquisa e extensão. Com salários menores do que os professores concursados, são impelidos a buscarem outros locais para lecionar, acarretando a intensificação do trabalho. Além disso, os professores substitutos não podem assumir cargos administrativos, sobrecarregando ainda mais os docentes permanentes. Segundo Silva (2013), ocorre no seio da universidade uma divisão do trabalho entre professores efetivos e substitutos: os últimos se dedicam ao ensino, enquanto aos primeiros ficam as atividades de pesquisa, extensão, grupos de estudo, funções de coordenação e direção, realidade que dificulta sua dedicação ao ensino.

Em pesquisa sobre os professores substitutos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Alves e Vale (2017, p. 122) detalham como essa forma de contrato promove a intensificação do trabalho docente:

Uma das surpresas desta investigação foi o fato de que, apesar de todos os limites que a condição de substituto impõe, os mesmos buscam realizar pesquisa na instituição ou em outras na qual possuem vínculo. Destaca-se que os sujeitos pesquisados, em geral, não têm condições objetivas de realizar o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) e, quando realiza, como pode ser verificado na presente pesquisa, acaba por realizar estas atividades em condições adversas, com poucas bolsas (não foi possível verificar se as bolsas são remuneradas), sem redução da carga horária. Impõe-se, dessa forma, uma sobrecarga de trabalho, que, em alguns casos relatados, pode chegar a ter uma carga horária de quase 72 horas, sendo que o contrato é para uma jornada de 40 horas.

As autoras relatam ainda outros fatores não menos interessantes acerca da percepção dos professores substitutos pesquisados em relação ao seu trabalho. Destacam que as condições de precarização atingem também os docentes efetivos, uma vez que as condições de trabalho não

são ideais). Ocorre que a maioria dos docentes substitutos não percebe que seus pares estão também submetidos à condição de precarização, assim, muitos atribuem aos docentes efetivos a culpa pelas péssimas condições de trabalho. Os professores mais jovens têm um ideal de profissão, de realização e expectativas do que é ser professor universitário, ao passo que os mais experientes já relatam os aspectos negativos da condição de temporários.

Apesar dessas questões elencadas, destacam as autoras que as condições de trabalho nas IES privadas são ainda piores, com regime de trabalho horista. Um caráter contraditório que se apresenta é que, apesar dessa precarização, estar numa universidade pública é a possibilidade de qualificar o currículo Lattes. “Entra em questão aqui também a competitividade e o esforço individual como elementos que garantem a empregabilidade, elemento ideológico que atinge a classe trabalhadora em todos os níveis.” (Alves; Vale, 2017, p. 124).

Segundo a lógica capitalista, a intensificação do trabalho, que implica potencializar uma maior quantidade de produtos com um número cada vez mais restrito de trabalhadores, utilizando também do expediente da extensão da jornada de trabalho sem o equivalente salarial, também impõe — no caso dos docentes é verificável — um adoecimento do trabalhador. Nesse sentido, Leite (2011, p. 86) aponta como a pressão pela produtividade na academia pode promover uma “[...] despersonalização [...]” dos docentes, um estranhamento em relação à sua atividade profissional. “O resultado mais visível é a ‘implosão’ desse trabalhador, ou o fenômeno que começa a ser conhecido como *queimar-se pelo trabalho* – a síndrome de Burnout” (Leite, 2011, p. 86. Ora, as causas do adoecimento estão ligadas à dinâmica produtivista imposta ao processo de trabalho, que exacerba uma competitividade na academia e individualiza a necessidade de sempre atender às novas demandas — ou metas — do fazer universitário.

Com isso, o tempo-espço entre a vida acadêmica e a vida pessoal é condensado em um só. O docente se aliena de si mesmo porque perde, cada vez mais, o controle sobre o seu próprio processo de trabalho e sobre o produto do seu trabalho (pesquisa, ensino, artigos, etc.), que se converte, na maioria das vezes, em um objeto estranho ao seu produtor [...]. A ideologia neoliberal conseguiu introjetar nos professores a quimera de que se trabalhem de

acordo com os parâmetros e critérios que o capitalismo estabelece, irão ganhar mais e projetar-se profissionalmente. Incorporando essa lógica, despojam-se da sua humanidade, da criação coletiva do conhecimento, e da responsabilidade pela sua disseminação para o conjunto da sociedade. O comprometimento físico e mental são as principais consequências (Leite, 2011, p. 94-95).

A interferência do trabalho na vida profissional e pessoal dos docentes também foi tema de pesquisas de Zanin, Freitas e Kunzle (2012). Os autores destacam a incidência das doenças que acometem os profissionais, utilizando o conceito de mal-estar docente para designar o desgaste biopsíquico dos professores nos seus postos de trabalho. Os professores estariam vivenciando as patologias da solidão (termo criado por Dejours) para explicar o adoecimento advindo da desestruturação dos coletivos de trabalho e do individualismo/competição crescente na academia.

Conclusões

Ao final desse breve percurso destacamos alguns pontos (que devem ser aprofundados) que nos dão a dimensão da mercantilização da educação e, conseqüentemente, dos ataques do capital (Estado) à universidade brasileira. O ponto primeiro é a forma como os governos brasileiros aderiram ao ideal neoliberal e promoveram reformas com o mote de “modernização”, “eficiência”, “democratização”, conforme vimos nas políticas educacionais dos períodos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). Corroborando a perspectiva do enxugamento dos investimentos públicos na educação, alinhado aos interesses do capital, em 2016, o governo interino de Michel Temer apresentou novas propostas que comprometeram mais ainda o setor. Exemplo claro da perspectiva do desmonte do serviço público foi a aprovação da PEC 55/2016, que visava ao congelamento de gastos públicos em setores básicos como a educação e a saúde no período de vinte anos.

O segundo ponto é a transformação do processo de trabalho do professor universitário. O apelo ao “empreendedorismo” docente mascara a falta de incentivo do Estado para fortalecer a universidade de ensino, pesquisa e extensão. Verificamos, de um lado o produtivismo

acadêmico, a pressão das agências estatais em que a quantidade das produções científicas é prioridade, ao passo que a qualidade passa a ser um detalhe desse processo. Na universidade pública, essa exigência é tal que o professor-pesquisador pode não ter tempo nem motivação para as atividades de ensino. Por outro lado, a precarização do trabalho está circunscrita na intensificação do trabalho, apresentada aqui pelo aumento numérico dos professores substitutos nas IES públicas. Características dessa precarização são vistas na forma de contrato, nas condições objetivas de trabalho, na tendência ao individualismo que o sistema impõe, na necessidade de complementar renda com outro trabalho etc. Como pesquisas apontaram (e apontam), esse cenário tem levado cada vez mais ao adoecimento do docente.

O debate sobre a mercantilização e a precarização do trabalho docente nos instiga a pensar formas de resistência à sanha capitalista dentro dos muros da universidade. É fundamental não perdermos de vista o papel social da academia, sobretudo no sentido de garantir uma educação pública de qualidade para as classes trabalhadoras. Seja pela organização política da categoria, seja pelo debate amplo com várias instituições da sociedade civil, a luta pelo fortalecimento da universidade é a luta pela democracia, direitos sociais e inclusão, e não se limita ao conceito de empregabilidade. Luta árdua, mas a essência do conhecimento científico não deve sucumbir ante a aparência da economia de mercado.

Referências

ALVES, D. C.; VALE, E. S. do. Expressões do trabalho docente precarizado: os professores substitutos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXVI, n. 59, jan. 2017, p. 116-127.

CISLAGHI, J. F. Precarização e superexploração do trabalho docente: a expansão das matrículas e o aumento da relação professor/aluno. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XX, n. 47, fev. p. 165-174, 2011.

GIANNOTTI, J. A. **Trabalho e Reflexão**. Ensaios para uma dialética da sociabilidade. São Paulo: Brasiliense, 1984. Cap. V.

GUIMARÃES, A. R.; MONTE, E. D.; FARIAS, L. de M. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXII, n. 52, jul. 2013, p. 34-35.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). Ensino a distância cresce 474% em uma década. **Censo da Educação Superior**, Brasília, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada>. Acesso em: 24 jan. 2024.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

LEITE, J. L. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XX, n. 48, jul. 2011, p. 84-96.

LIMA, D. G. de; LIMA, R. de L de. A precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional e suas inflexões na condição do professor substituto. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXVI, n. 60, jul. 2017, p. 86-99.

MANCIBO, D. Trabalho docente na pós-graduação. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XX, n. 48, jul. 2011, p.76-83.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, K. **O capital**. Cap. VI (inédito). São Paulo: Moraes, s/d.

MELLO, F. M. de. **Memórias da mercantilização do ensino superior: a consolidação da “universidade flexível”**. Vitória da Conquista: EdUesb, 2022.

NISHIMURA, S. P. A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXIII, n. 53, fev. 2014, p. 48-59.

SILVA, H. T. de L. “Não vim pra ficar, estou só de passagem”: a precarizada vida dos professores substitutos da FASSO/UERN. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXII, n. 52, jul. 2013, p.56-67.

ZANIN, F. da C; FREITAS, J. A. R de; KUNZLE, L. A. Estou doente profissionalmente: relato de experiência da APUFPR-SSind e reflexões sobre intervenções sindicais na saúde do trabalhador docente. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXI n. 50, jun. 2012, p.106-121.